

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Direito e Sociedade 2



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

Direito e Sociedade 2

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D598	Direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Direito e Sociedade; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-443-6 DOI 10.22533/at.ed.436190507 1. Sociologia jurídica. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Série. CDD 340.115
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dando continuidade na proposta **Direito e Sociedade – Vol. 02** –, apresentamos vinte e cinco capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que permanecem na discussão de querelas latentes da sociedade que encontram respaldo na seara jurídica. Dessa vez, as temáticas que norteiam o presente volume são minorias socialmente vulneráveis e criminologia.

Assim, sem mais delongas, partamos para as contribuições:

- À luz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Pablo Martins Bernardi Coelho e Cristina Veloso de Castro expõem **A CONDIÇÃO JURÍDICA E OS DIREITOS DOS IMIGRANTES INDOCUMENTADOS NA AMÉRICA LATINA** na perspectiva de surgimento de uma nova adoção de tratamento jurídico para esses indivíduos que realizam migração em solo latino-americano.
- Por meio de uma pesquisa marcada por fontes de informação online, **IMI-GRAÇÃO HAITIANA PARA PORTO VELHO ATRAVÉS DAS FONTES DE INFORMAÇÃO ONLINE**, de Cledenice Blackman, Tânia Suely Antonelli Brabo e Rosa Martins Costa Pereira, apresenta as dificuldades atravessadas por grupos de imigrantes haitianos até a cidade de Porto Velho.
- Em **A SÍNDROME DE NARCISO E A SEGREGAÇÃO AOS REFUGIADOS VENEZUELANOS**, Gabriel Carvalho dos Santos destina análise para a situação dos venezuelanos que, devido ao caos político, econômico e humanitário que atravessa o seu país, decidem por buscar refúgio no Brasil.
- Simei Araujo Silva e Livia Costa Angrisani, em **SOCIEDADE, DIREITOS HUMANOS, INFÂNCIA E FORMAÇÃO**, investigam o relevo de uma formação interdisciplinar em Direitos Humanos para o pedagogo que exercita a sua atividade junto ao público infantil, bem como para fomentar um ensino crítico e autônomo para o alunado em questão.
- As novas estruturas familiares são debatidas por Sheila Maria Carregosa Rocha, em **A FAMÍLIA DE IDOSOS, COM IDOSOS E PARA IDOSOS: RELAÇÕES FAMILIARES BRASILEIRAS**, a partir da figura do idoso e suas carências frente aos desafios da família moderna e o reconfigurar de espaços sociais.
- **A SEGURIDADE SOCIAL E SEUS ASPECTOS ASSISTENCIAIS RELACIONADOS AOS IDOSOS E AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA E EM CENTROS DE ACOLHIDA DA CIDADE DE SÃO PAULO**, de Glauce Raquel Marinho e Helga Klug Doin Vieira, propõe uma leitura que questiona a eficácia do direito constitucional que assegura o Benefício de Prestação Continuada para idosos e portadores de necessidades especiais residentes nas ruas e em centros de acolhida da cidade de São Paulo.

- Desnudando os acontecidos no Hospital Psiquiátrico de Barbacena, Angela Casa e Marília Ramos Hahn, em **HOSPITAL COLÔNIA: UMA HISTÓRIA DE CRUELDADE FRENTE A OMISSÃO DE UMA SOCIEDADE**, apontam para o cometimento de ações que afrontam diretamente direitos humanos daqueles que lá foram internados.
- **ATIVISMO FEMININO NO EGITO E SUA RELAÇÃO COM O ISLÃ E A LEGISLAÇÃO VIGENTE**, de Eloah Scantelbury de Almeida, debate como as mulheres egípcias, influenciadas pelos protestos conhecidos como Primavera Árabe, agem efetivamente para exercitar direitos e garantias que a elas são negados, mesmo com o avanço da constituição mais recente.
- O patriarcado como força-motriz da violência perpetrada contra a mulher nas suas mais vastas formas de aparição, apesar que centrada na realidade do espaço doméstico, é discutido em **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NA SOCIEDADE** por Isael José Santana e Jéssica Lima Zanardo.
- A tentativa de naturalização da violência contra a mulher é o eixo norteador de **A CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REFLEXÕES SOBRE A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA REALIDADE DE UM GRUPO DE MULHERES**, de Gabriela Vitória Dinalo Telles, Larissa Ascanio e Izabele Zasso, quando embasa considerações sobre a também violência social que é a busca por imputar a mulher a motivação pelos crimes contra ela realizados.
- As contribuições de uma ação policial, precisamente da Polícia Militar de Minas Gerais, no enfrentamento da violência contra a mulher são analisadas em **UMA NOVA ABORDAGEM AO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**, de Michelle Martins Papini Mota e Paulo José Angelo Andrade
- A mulher como autônoma na tomada de decisões sobre seu corpo e no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos são tratados por Sarah Silqueira Gonçalves Mattos e Carine Silva Diniz, em **DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES COMO DIREITO À SAÚDE**, como realidades que carecem de ações estatais de maior impacto, principalmente quando se discute saúde da mulher.
- **POR UMA POLÍTICA CONTRA-HEGEMÔNICA DOS SERES ABJETOS EM BUTLER: UMA NOÇÃO INTERCULTURAL DE DIREITOS HUMANOS**, de Mônica Rodrigues Suminami, dialoga com os estudos de gênero que abrem um novo arcabouço de como pensar a multiplicidade dos gêneros, fugindo da construção social e cultural que subjuga os sujeitos aos seus corpos e desconsidera o seu autoconhecimento.
- **DIREITOS HUMANOS HOMOAFETIVOS NO BRASIL E NA ITÁLIA: UMA**

ANÁLISE COMPARATIVA, de Alisson Carvalho Ferreira Lima e Naiana Zaiden Rezende Souza, compara os ordenamentos jurídicos brasileiro e italiano no que diz respeito aos direitos e deveres daqueles que constituem união homoafetiva, como também a própria instituição dessa modalidade de entidade familiar.

- Daniela Pellin, em **A REVOLUÇÃO DOS BICHOS E OS PORCOS DO DIREITO: O PODER, A ECONOMIA E A EXCLUSÃO**, toma a obra de Orwell como ponto de partida para abordar elementos sociais como já apontados no próprio título como poder, política economia, todos esses como agentes propulsores de exclusão em caso de inexistência de promoção legal pela emancipação e empoderamento dos sujeitos.
- **MASS INCARCERATION E HYPERINCARCERATION: A REALIDADE BRASILEIRA ENTRE O SENSO COMUM E A PESQUISA CRIMINOLÓGICA**, de Bárbara Siqueira Furtado e Theuan Carvalho Gomes da Silva, reflete o conceito de *mass incarceration* e de *hyperincarceration* para assim debater a conjuntura atual da política de encarceramento brasileira como a adoção do senso comum de prisão como reconhecimento imediato de produção de justiça, o que demonstra o apelo a um procedimento punitivista e que quase sempre encontra respaldo nos meios de comunicação que trazem um tom eminentemente midiático.
- **UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL**, de Ariane Zamodski, enfatiza análise no sistema penitenciário brasileiro como produtor de contínuas violações a direitos humanos e relaciona a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347 como instrumento capaz de inibir o estado nacional na continuação de ações que gerem denúncias seguidas à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- **UM CHAMADO À RAZÃO: A REALIDADE DO SISTEMA BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DO PROGRAMA PATRONATO NA REINserÇÃO DE EGRESSES PENITENCIÁRIOS**, de Marcos Leandro Klipan, Jennifer Lucas, Ana Priscilla Vendramini, Camila Rocca Esquilage, Juliana de Oliveira Schewter, Julio Cesar Freitas Giovanni e Mariane Gobbi, discorre sobre o Programa Patronato realizado na cidade de Maringá e a frequente dificuldade dos egressos do sistema penitenciário em conseguir integração.
- **A INEFICÁCIA DO ENCARCERAMENTO FRENTE AO ESTADO ANÔMICO DE MERTON E O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**, de Victor Corrêa de Oliveira Filho, condiciona a problemática da ineficiência da ressocialização ao enfraquecimento do estado democrático de direito e que, conseqüentemente, proporciona lacunas preenchidas pelo crime organizado, este que comanda espaços que vão desde o sistema penitenciário até relevantes espaços da sociedade.

- **O ENCARCERAMENTO PELO ENCARCERAMENTO: REALIDADES SOCIAIS**, de Paulo José Angelo Andrade e Michelle Martins Papini Mota, explana, ancorado em estudiosos como Rousseau, Beccaria e Foucault, que o encarceramento por si só não corresponde a técnica mais produtiva para o minorar da violência social.
- **FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA: A CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E O DESCASO DO ESTADO**, de Fernanda Helena Reis Andrade e Livia de Deus Verga, demonstra que a ressocialização corresponde ao melhor caminho para evitar a reincidência, todavia cabe ao estado promover medidas concretas com o objetivo de reabilitar aquele que em dado momento de sua história agiu contra a sociedade.
- **PROJETO ABAYOMI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE COMO A ARTE-EDUCAÇÃO PODE AFERFEIÇOAR O RECONHECIMENTO DE ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS**, de Laura Maria Galdino Delgado de Arruda, centra atenção para proteção integral de adolescentes que estão sob medidas socioeducativas através do desenvolvimento de atividades ligadas à arte-educação como mecanismo emancipador desses sujeitos.
- Arnelle Rolim Peixoto e Arkaitz Pascual Martin, em **JUSTIÇA RESTAURATIVA JUVENIL: UMA VIA DE APLICABILIDADE DA SEGURANÇA CIDADÃ NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE**, frisam a relevância da justiça restaurativa juvenil para zelar por segurança cidadã de menores em situação de risco.
- **A UTILIZAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL POR MAGISTRADOS NO PROCESSAMENTO DE HOMICÍDIOS DOLOSOS EM MINAS GERAIS**, de Juliana Neves Lopes Rodrigues, evidencia que as decisões do tribunal mineiro restam amparadas em inquéritos policiais como prova, mesmo o texto constitucional destinando a esses um viés meramente procedimental e não processual.
- **REFLEXÕES SOBRE A CRIMINALIDADE FEMININA PERANTE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO ES**, de Bruno da Silva Campos, Leomar Littig e William Barros Moreira, revela a audiência de custódia como importante mecanismo no evitar do encarceramento exacerbado em mulheres presas no estado do Espírito Santo, o que previne a superlotação, bem como a privação de direitos.

Assim como na etapa anterior, desejamos aos leitores de **Direito e Sociedade** uma leitura capaz de promover novos questionamentos em prol de um sistema jurídico e de um sistema social mais justos, além de produção de conhecimento.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONDIÇÃO JURÍDICA E OS DIREITOS DOS MIGRANTES INDOCUMENTADOS NA AMÉRICA LATINA	
<i>Pablo Martins Bernardi Coelho</i> <i>Cristina Veloso de Castro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4361905071	
CAPÍTULO 2	16
A IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA PORTO VELHO ATRAVÉS DAS FONTES DE INFORMAÇÃO ONLINE	
<i>Cledenice Blackman</i> <i>Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo</i> <i>Rosa Martins Costa Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4361905072	
CAPÍTULO 3	25
A SÍNDROME DE NARCISO E A SEGREGAÇÃO AOS REFUGIADOS VENEZUELANOS	
<i>Gabriel Carvalho dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4361905073	
CAPÍTULO 4	32
SOCIEDADE, DIREITOS HUMANOS, INFÂNCIA E FORMAÇÃO	
<i>Simeia Araujo Silva</i> <i>Lívia Costa Angrisani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4361905074	
CAPÍTULO 5	41
A FAMÍLIA DE IDOSOS, COM IDOSOS E PARA IDOSOS: RELAÇÕES FAMILIARES BRASILEIRAS	
<i>Sheila Marta Carregosa Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4361905075	
CAPÍTULO 6	58
A SEGURIDADE SOCIAL E SEUS ASPECTOS ASSISTENCIAIS RELACIONADOS AOS IDOSOS E AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA E EM CENTROS DE ACOLHIDA DA CIDADE DE SÃO PAULO	
<i>Glauce Raquel Marinho</i> <i>Helga Klug Doin Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4361905076	
CAPÍTULO 7	69
HOSPITAL COLÔNIA: UMA HISTÓRIA DE CRUELDADE FRENTE A OMISSÃO DE UMA SOCIEDADE	
<i>Angela Casa</i> <i>Marília Ramos Hahn</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4361905077	

CAPÍTULO 8	80
ATISVISMO FEMININO NO EGITO E SUA RELAÇÃO COM O ISLÃ E A LEGISLAÇÃO VIGENTE	
<i>Eloah Scantelbury de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4361905078	
CAPÍTULO 9	94
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NA SOCIEDADE	
<i>Isael José Santana</i>	
<i>Jéssica Lima Zanardo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4361905079	
CAPÍTULO 10	108
A CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REFLEXÕES SOBRE A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA REALIDADE DE UM GRUPO DE MULHERES	
<i>Gabriela Vitória Dinalo Telles</i>	
<i>Larissa Ascanio</i>	
<i>Izabele Zasso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050710	
CAPÍTULO 11	122
UMA NOVA ABORDAGEM AO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
<i>Michelle Martins Papini Mota</i>	
<i>Paulo José Angelo Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050711	
CAPÍTULO 12	140
DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES COMO DIREITO À SAÚDE	
<i>Sarah Silqueira Gonçalves de Mattos</i>	
<i>Carine Silva Diniz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050712	
CAPÍTULO 13	150
POR UMA POLÍTICA CONTRA-HEGEMÔNICA DOS SERES ABJETOS EM BUTLER: UMA NOÇÃO INTERCULTURAL DE DIREITOS HUMANOS	
<i>Mônica Rodrigues Suminami</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050713	
CAPÍTULO 14	162
DIREITOS HUMANOS HOMOAFETIVOS NO BRASIL E NA ITÁLIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	
<i>Alisson Carvalho Ferreira Lima</i>	
<i>Naiana Zaiden Rezende Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050714	

CAPÍTULO 15	172
A REVOLUÇÃO DOS BICHOS E OS PORCOS DO DIREITO: O PODER, A ECONOMIA E A EXCLUSÃO	
<i>Daniela Pellin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050715	
CAPÍTULO 16	189
MASS INCARCERATION E HYPERINCARCERATION: A REALIDADE BRASILEIRA ENTRE O SENSO COMUM E A PESQUISA CRIMINOLÓGICA	
<i>Barbara Siqueira Furtado</i>	
<i>Theuan Carvalho Gomes da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050716	
CAPÍTULO 17	203
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	
<i>Ariane Zamodzki</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050717	
CAPÍTULO 18	217
UM CHAMADO À RAZÃO: A REALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DO PROGRAMA PATRONATO NA REINserÇÃO DE EGRESSOS PENITENCIÁRIOS	
<i>Marcos Leandro Klipan</i>	
<i>Jennifer Lucas</i>	
<i>Ana Priscilla Vendramini</i>	
<i>Camila Rocca Esquilage</i>	
<i>Juliana de Oliveira Schweter</i>	
<i>Julio Cesar Freitas Giovanni</i>	
<i>Mariane Gobbi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050718	
CAPÍTULO 19	228
A INEFICÁCIA DO ENCARCERAMENTO FRENTE AO ESTADO ANÔMICO DE MERTON E O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	
<i>Victor Corrêa de Oliveira Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050719	
CAPÍTULO 20	244
O ENCARCERAMENTO PELO ENCARCERAMENTO: REALIDADES SOCIAIS	
<i>Paulo José Angelo Andrade</i>	
<i>Michelle Martins Papini Mota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050720	
CAPÍTULO 21	262
FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA: A CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E O DESCASO DO ESTADO	
<i>Fernanda Helena Reis Andrade</i>	
<i>Livia de Deus Verga</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050721	

CAPÍTULO 22	274
PROJETO ABAYOMI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE COMO A ARTE-EDUCAÇÃO PODE APERFEIÇOAR O RECONHECIMENTO DE ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ENQUANTO SUJEITOS DE DIREITOS	
<i>Laura Maria Galdino Delgado de Arruda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050722	
CAPÍTULO 23	286
JUSTIÇA RESTAURATIVA JUVENIL: UMA VIA DE APLICABILIDADE DA SEGURANÇA CIDADÃ NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE	
<i>Arnelle Rolim Peixoto</i>	
<i>Arkaitz Pascual Martín</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050723	
CAPÍTULO 24	299
A UTILIZAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL POR MAGISTRADOS NO PROCESSAMENTO DE HOMICÍDIOS DOLOSOS EM MINAS GERAIS	
<i>Juliana Neves Lopes Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050724	
CAPÍTULO 25	318
REFLEXÕES SOBRE A CRIMINALIDADE FEMININA PERANTE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO ES	
<i>Bruno da Silva Campos</i>	
<i>Leomar Littig</i>	
<i>Willian Barros Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.43619050725	
SOBRE O ORGANIZADOR	328

A IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA PORTO VELHO ATRAVÉS DAS FONTES DE INFORMAÇÃO ONLINE

Cledenice Blackman

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências Campus Marília

Agência de Fomento: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO

E-mail: cledenice.blackman@ifro.edu.br

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências Campus Marília

E-mail: tamb@terra.com.br

Rosa Martins Costa Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO

E-mail: rosa.martins@ifro.edu.br

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal apresentar duas Fontes de Informação online que mencionam a Imigração Haitiana para Porto Velho. Salientamos que vamos fazer uma breve contextualização histórica sobre o Haiti buscando evidenciar alguns motivos que desencadeou a imigração haitiana para o município de Porto Velho. Destacaremos as dificuldades encontradas pelo grupo haitiano, conseqüentemente apresentaremos os discursos construídos e disseminados pela rede online. Utilizamos uma metodologia bibliográfica alicerçada em materiais localizados em base de

dados, reportagem e publicação online.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração Haitiana. Fontes de Informação. Porto Velho.

1 | INTRODUÇÃO

Declaração Universal dos Direitos Humanos - Preâmbulo -

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem.

[...] Artigo 2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

“Imigrar no sentido da palavra propriamente dita, significa entrar em um país que não é o seu de origem para ali viver ou passar um período de sua vida” (IMIGRAÇÃO, 2013, p. 1). Nesse sentido, enfatizamos que a História do Brasil foi

sempre marcada por fases recorrentes de imigrações desde o século XVI, XVII e XVIII sendo intensificada a partir deste último século quando a Família Real Portuguesa migrou definitivamente para o Brasil.

Contudo, sobre o nosso objeto de estudo, ou seja, a imigração haitiana:

[...] dos imigrantes franco-haitianos para a cultura, que remete ao século XVIII, o estudo etnográfico de Jesus Guanche *Procesos Etnoculturales de Cuba* (1983). Apresenta uma análise do ponto de vista etnográfico sobre as influências culturais dos imigrantes (franceses) no país se tornando evidentes em múltiplos aspectos da vida sócio-econômica da área oriental de Cuba, para onde foram levados nas primeiras décadas do século XX (GUANCHE, 1983 p. 300 apud COUTO, 2006, p. 21).

A partir do fragmento acima observa-se que entre os imigrantes haitianos havia uma cultura desde o século XVIII de migração entre as ilhas próximas que compõem a região caribenha-antilhana.

Temos como objetivo principal nesse artigo apresentar duas Fontes de Informação online que mencionam sobre a Imigração Haitiana para Porto Velho. Salientando que vamos fazer uma breve contextualização histórica sobre o Haiti buscando evidenciar os motivos que incentivou a imigração haitiana para o município de Porto Velho. Destacando as dificuldades encontradas pelo grupo haitiano, conseqüentemente, apresentaremos os discursos construídos e disseminados pela rede online. Utilizamos uma metodologia bibliográfica alicerçada em livros, base de dados, reportagem e publicação online.

Todavia, para melhor compreensão sobre A Imigração Haitiana para Porto Velho através das Fontes de Informação Online vamos abordar de maneira concisa a História do Haiti, Imigração Haitiana para Porto Velho, As Fontes de Informação Online e os Haitianos e os Discursos Disseminados.

Portanto, salientamos a importância deste artigo no sentido de contribuir mesmo de maneira sucinta e ensaísta para apresentação de discursos construídos e disseminados de algumas fontes, todavia esclarecemos que optamos por restringir para as Fontes de Informação online, ou seja, por matérias jornalísticas disponíveis na internet. Utilizando como ferramenta de busca o Google que é um mecanismo de busca na Internet sendo definido como um facilitador para a localização de informações em buscas gerais, servindo, por exemplo, para identificar o que é desenvolvido sobre um determinado assunto. No caso, os discursos construídos e propagados por meio da internet no que tange o processo de imigração haitiana para Porto Velho, tendo em vista que “desde fevereiro de 2011, com a chegada do primeiro grupo, já passaram por Porto Velho mais de 1600 haitianos, destes ainda vivem aqui cerca de 1200, o restante migrou para outros estados brasileiros” (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2013, p. 3).

2 | BREVE HISTÓRIA DO HAITI

Abaixo em destaque a localização do Haiti sendo interessante mencionar que neste território é recorrente o estigma da disputa, resistência e luta desde a chegada dos espanhóis em 1492 através da figura colonizadora de Cristóvão Colombo (HAITI, 2013, p. 1).



Figura 1. Mapa do Caribe. Disponível em: <<http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/caribe/imagens/mapa-do-caribe-2.gif>>. Acesso em 20 de julh. 2009.

A história da região haitiana sempre foi marcada por disputa política territorial, sendo que, em 1697 Espanha e França assinam o Tratado de Ryswick.

[...] e o Haiti passa, então, para o controle francês. O Haiti foi o primeiro país latino-americano a declarar-se independente (1804). Negros e mulatos se uniram contra as tropas francesas, primeiro sob a liderança de Toussaint L'Ouverture e, mais tarde, sob comando do ex-escravo, Jean-Jacques Dessalines (HISTÓRIA, 2013, p. 1).

Em 1957 o país haitiano passa por um momento de política ditatorial, conseqüentemente, ocorreram diversas formas de repressão política, econômica (baseada na cultura da produção da cana-de-açúcar e seus derivados), social e cultural (HAITI, 2013, p. 1; HISTÓRIA, 2013, p. 1). Sendo que:

Haiti, de 1986 a 1990, foi governado por uma série de governos provisórios. Em 1987, uma nova constituição foi feita. Mas a grande esperança de redemocratização surgiu em 1990, quando ocorreram eleições livres e a população elegeu o padre Jean Bertrand Aristide para presidente, com 67% dos votos (HISTÓRIA, 2013, p. 1).

A frágil estabilidade política durou pouco. Poucos meses depois, Aristide foi deposto por novo golpe militar e a ditadura foi restaurada no Haiti. Em 1994,

Aristide retornou ao poder, com auxílio dos Estados Unidos. Mesmo assim, **o ciclo de violência, corrupção e miséria não foi rompido** (HISTÓRIA, 2013, p. 1) [Grifo Nosso].

Em dezembro de 2003, sob pressão crescente da ala rebelde, Aristide prometeu eleições novas dentro de seis meses. Os protestos Anti-Aristide, em janeiro de 2004, fizeram várias mortes na capital do Haiti, Porto Príncipe. Em fevereiro, com o avanço dos rebeldes, Aristide fugiu para a África e o Haiti sofreu a intervenção internacional da ONU (HISTÓRIA, 2013, p. 1).

Em janeiro de 2010, o país sofreu um terremoto devastador que praticamente o destruiu. Desde então, o Haiti recebe ajuda internacional, incluindo do Brasil (HISTÓRIA, 2013, p. 1) [Grifo Nosso].

Desse modo, a História do Haiti a pequena possessão territorial localizada no Caribe foi estigmatizada como sendo uma nação, e conseqüentemente, seus cidadãos e cidadãs ligados a termos como: miséria, violência, corrupção, instabilidade política/econômica. Assim, essas temáticas contribuem para compreensão da imigração dos(as) haitianos (as) para região como o Brasil, mais, especificamente Porto Velho/Rondônia a partir do ano 2011 que é o objeto temporal de estudo deste artigo, sendo estes temas aliada a catástrofe ambiental propulsora deste processo imigratório, ou seja, o terremoto que destruiu o Haiti no ano de 2010.

3 | IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA PORTO VELHO

O Haiti que tem como capital Porto Príncipe:

Localizado numa das regiões mais bonitas naturalmente do planeta, Mar do Caribe, **com uma população de cerca de nove milhões de pessoas, o Haiti amarga a condição de país mais pobre das Américas e Caribe, com a maior parte da população vivendo na condição pobreza, o que quer dizer que recebem menos de cerca de 2 dólares por dia e, em 2010, apresentava um dos mais baixos IDH do mundo**, de acordo com dados da ONU, ocupando a 146^a posição. A economia do país é baseada na produção agrícola de frutas como manga, banana e grãos como café, arroz e milho. Se Porto Seguro é considerada pelos brasileiros como o começo do Brasil, o Haiti é o começo do chamado Novo Mundo, com a chegada de Colombo em 1492. De maneira semelhante, os haitianos são o começo de uma nova fase histórica das relações internacionais do Brasil neste século XXI no âmbito da imigração e dos direitos humanos (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2013, p. 1) [Grifo Nosso].

Essa situação acima descrita sobre o Haiti demonstra como esse país vem sendo disseminado em sua forma discursiva, tendo em vista, sempre os discursos destacam a condição negativa desse território. Entretanto, “Um terremoto de magnitude 7,0 atingiu o Haiti no dia 12 de janeiro, 2010 e devastou Port-au-Prince” (HAITI, 2013, p. 1).

Em consequência, da situação do Haiti, mais precisamente da capital deste país, ou seja, Porto Príncipe, a tônica de emergência, devastação ambiental, instabilidade

econômica, arquitetônica foram alguns fatores que motivaram a imigração haitiana para Porto Velho (2011), sendo que, em 2010, ano do terremoto no Haiti (PEREIRA, 2016, p. 24).

4 | AS FONTES DE INFORMAÇÃO ONLINE E OS(AS) HAITIANOS (AS)

As fontes de informação online “tendem a facilitar seu acesso ao pesquisador” por este motivo optou-se em analisar as fontes de informação online que trazem como base central a temática imigração haitiana para Porto Velho.

Utilizamos como ferramenta o site de busca Google para nortear a nossa pesquisa sabemos que segundo Crespo (2005, p. 92) “[...] esse tipo de ferramenta não é considerado totalmente confiável por não possuir garantias quanto à qualidade do que disponibiliza, mesmo que, eventualmente, também recupere documentos que possuam todos os requisitos para serem considerados científicos”.

Contudo, ao bibliotecário, pesquisador, cientista da informação e/ou usuário comum tem necessidade de dominar este meio de aprendizagem de forma satisfatória, buscando obter informações de qualidade e retirar/filtrar o que é proveitoso, já que a Ferramenta de Busca na Internet consegue recuperar conteúdo de inúmeras páginas disponíveis na WEB (RODRIGUES, CRESPO, 2013, p. 8).

Diante da inúmera gama informacional à qual possibilita os sites de busca, mais especificamente, o Google que elegemos como base de nossa pesquisa sobre **A imigração haitiana para Porto Velho através das fontes de informação online** título de nosso artigo [Grifo Nosso].

Contudo, reiteramos que escolhemos duas reportagens online disponível na ferramenta de busca Google. Entretanto, mencionamos que ao digitarmos na barra de busca do Google a seguinte frase: Haitianos em Porto Velho foram encontrados cerca de 1400 no ano, de 2012 do segundo semestre, resultados ligados diretamente e/ou indiretamente a temática de imigração haitiana para Porto Velho e levando cerca de 0.28 segundos para disponibilizar as variadas informações ligadas ao assunto que é objeto de estudo deste artigo.

Diante do acima descrito observamos que a internet poderia ser fonte de apoio enriquecedor e altamente rápido ao(a) pesquisador(a) e/ou usuário em geral. Entretanto, verificou-se que os sites de ferramenta de busca como o Google apesar da rapidez informacional podem disponibilizar informações estigmatizadas, não sendo totalmente confiável cabendo ao(a) pesquisador(a) e/ou usuário em geral filtrar as informações oferecidas e utilizar a reportagem/artigo/informação que responda o propósito da pesquisa, no sentido da construção de parâmetro.

5 | OS DISCURSOS DISSEMINADOS PELA REDE ONLINE

Diante da pesquisa sobre a imigração haitiana para Porto Velho através das fontes de informação online. Percebemos, através da leitura e da apresentação dos discursos construídos e disseminados pela rede online, ou seja, das narrativas encontradas pela Ferramenta de busca Google uma dose sutil de preconceito e de estigmatização através da História do Haiti ligado a situação como: miséria, Haiti com índice populacional alto constituída por negros e as negras, violência, corrupção dentre outras.

Destacamos, a tese de doutoramento de PEREIRA (2016) que destacou a visão estigmatizada sobre o imigrante do Haiti, pois observou “as formas e expressões utilizadas pela mídia e até por pesquisadores sobre o tema para se referir aos imigrantes haitianos evangélicos. Destaco a seguir algumas dessas ideias que contribuem para *desprestigiar* o modo de ser evangélico (...)” [Grifo Nosso]”

Mas, retornando as inúmeras matérias encontradas no Google verificamos as intituladas: 1) Haitianos criam 'pequena Porto Príncipe' nas ruas de Porto Velho 2) Refugiados haitianos “invadem” Porto Velho-RO.

1) Haitianos criam 'pequena Porto Príncipe' nas ruas de Porto Velho - Apesar de o título ilustrar uma forma subjetiva de preconceito em relação à “pequena Porto Príncipe” o teor do texto menciona como estão vivendo alguns haitianos em Porto Velho, onde estão trabalhando, no caso, quase que de forma hegemônica foram absorvidos pelos trabalhos na Usinas de Santo e Jirau, descreve como fazem para pagar o aluguel enfatizando que muitos dos haitianos(as) moram em quitinetes em grupos e dividem o aluguel em média de 500 reais, sobre a língua falada a matéria informa que é o crioulo, enfatiza a dificuldade de adaptação cultural como língua, alimentação, religião (HAITIANOS, 2013).

2) Refugiados haitianos “invadem” Porto Velho-RO – Descreve a chegada dos haitianos em Porto Velho matéria publicada em 08 de março de 2011 mostra fotografias de haitianos (as) registradas no Ginásio Cláudio Coutinho e enfatiza a busca por uma vida melhor através da imigração para Porto Velho e também da falta de documentação de passaporte e visto o que torna a vivência em Porto Velho/RO/Brasil irregular [...] Clandestina (REFUGIADOS, 2013).

A justificativa por ter escolhido estas duas reportagens denominadas: 1) **Haitianos criam 'pequena Porto Príncipe' nas ruas de Porto Velho** 2) **Refugiados haitianos “invadem” Porto Velho-RO**, pois de certa maneira ilustram o estigma do preconceito, desrespeito e xenofobia a cultura étnica do outro.

Ambas trazem informações sobre a imigração haitiana para Porto Velho. O site de busca intitulado Google possibilita uma gama de 1400 reportagens ligadas à questão da imigração haitiana para o Brasil e nos estados como: Acre e Rondônia, mais especificamente Porto Velho.

Sendo necessário salutar que conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu Artigo 7º “**Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm**

direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” [Grifo Nosso].

Por tudo, é importante frisar que nas reportagens: 1) verificamos já no título a carga negativa vinculada a “pequena Porto Príncipe”. Na matéria 2) a palavra “invadem” deixa subentendido que os haitianos (as) são contraventores (as).

As representações do mundo social assim construída, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1988, p. 17).

É oportuno mencionar o desrespeito ao diferente constante nas narrativas conforme nos esclarece Said (2011, p. 11) “O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos”. No sentido, de trazer essa reflexão sobre a imigração haitiana para Porto Velho e os estigmas disseminados pela mídia online observa-se a manipulação textual para reafirmar preconceitos e mascarar a realidade.

Portanto, é interessante lembrar que o processo de luta pela legalização e investigação sobre as minorias sociais foram iniciadas ao longo do século XX e posteriormente o XXI quando surge o processo de reconhecimento culturalmente dos grupos étnicos antes minoritários e excluídos na história, educação, saúde, migração etc principalmente em países como o Brasil. Assim, numa forma de viabilizar equidade e reparação sócio-cultural, o grande desafio se constitui em efetivar esse reconhecimento em prática social, entretanto a nossa proposta é contribuir na apresentação dos discursos construídos e disseminados pela rede online que vem sinalizar negativamente grupos étnicos, no caso os imigrantes haitianos de Porto Velho (CANDAUI; RUSSO, 2011, p. 71).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração haitiana Para Porto Velho através das fontes de informação online abordou de maneira concisa sobre a Breve História do Haiti, Imigração Haitiana para Porto Velho, As Fontes de Informação Online e os Haitianos e os Discursos Disseminados.

Salientamos a importância deste texto no sentido de contribuir mesmo de forma sucinta na apresentação discursiva de duas fontes online sobre a imigração haitiana para Porto Velho. Tendo em vista, que “desde fevereiro de 2011, com a chegada do primeiro grupo, já passaram por Porto Velho mais de 1600 haitianos, destes ainda vivem aqui cerca de 1200, o restante migrou para outros estados brasileiros” (COTINGUIBA;

PIMENTEL, 2013, p. 3).

O Haiti foi estigmatizado como sendo uma nação, e conseqüentemente, ligada a termos como: miséria, violência, corrupção, instabilidade política/econômica fatores que contribuiu para a imigração dos haitianos (as) para várias regiões do Brasil, mais, especificamente, Porto Velho/Rondônia a partir do ano 2011 que é o objeto de estudo deste artigo. O terremoto que destruiu o Haiti foi o fator que intensificou essa imigração.

Tendo em vista, que a internet produz e reproduz fonte de informação de maneira rápida, imediata e estigmatizada. Esclarecemos que nem todas essas fontes podem ser consideradas seguras e é nesse momento que cabe ao(a) bibliotecário(a) e ao(a) pesquisador(a) intervir e indicar aos usuários base de dados seguras e confiáveis para a pesquisa acadêmica (RODRIGUES, CRESPO, 2013, p. 8).

Para finalizar reiteramos que elegemos os seguintes textos encontrados no buscador denominado Google para apresentar os discursos construídos: 1) **Haitianos criam 'pequena Porto Príncipe' nas ruas de Porto Velho** 2) **Refugiados haitianos “invadem” Porto Velho-RO**. Estes dois recortes discursivos nos possibilitou perceber o estigma construído em relação a população imigrante haitiana e a História do Haiti visto como sendo o país com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da América e Caribe.

REFERÊNCIAS

BASE de Dados. **Mapa do Caribe**. Disponível em: <<http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/caribe/imagens/mapa-do-caribe-2.gif>>. Acesso em 20 de julh. 2009.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO Kelly. **Diferenças culturais e educação: construindo caminhos**. Editora: Sete Letras. Rio de Janeiro. 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representação**. Editora: Difel, 1988.

CRESPO, Isabel Merlo. **Um estudo sobre o comportamento de busca e uso de informação de pesquisadores das áreas de biologia molecular e biotecnologia: impactos do periódico científico eletrônico**. 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. **Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho**. <<http://lnx.scalabriniane.org/smr/wp-content/uploads/2012/09/ARTIGO-HAITIANOS-EM-PORTO-VELHO-MAIO-2012.pdf>>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

COUTO, Kátia Cilene do. **Os desafios da sociedade cubana frente à imigração antilhana. (1902-1933)**. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2006.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em 21 de out. de 2018.

HAITI. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Haiti>>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

HAITI História. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historia-da-america/historia-haiti.htm>>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

HAITIANOS criam 'pequena Porto Príncipe' nas ruas de Porto Velho. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/83537-haitianos-criam-pequena-porto-principe-nas-ruas-de-porto-velho.shtml>>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.cooptripartite.icict.fiocruz.br/dialogos-com-o-haiti/o-haiti/historia>>. Acesso em 21 de abr. 2013.

IMIGRAÇÃO e Imigrantes. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/historia/imigracao/>>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

PEREIRA, Rosa Martins Costa. **Bondye Beni Oû: Lugaridades Com Haitianos Evangélicos.** 300f. il : 30 cm, Tese - Universidade Federal de Paraná, Setor de Ciência da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43029/R%20-%20T%20-%20ROSA%20MARTINS%20COSTA%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. acesso em 23 de out. de 2018.

REFUGIADOS haitianos “invadem” Porto Velho-RO Disponível: <<http://www.alvonoticias.com.br/Noticia.asp?Noticia=1513>>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

RODRIGUES, Ana Vera; CRESPO Isabel. **Fonte de Informação Eletrônica: O Papel do Bibliotecário de Bibliotecas Universitárias.** Base de Dados. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/348/230>>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo.** Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-443-6



9 788572 474436